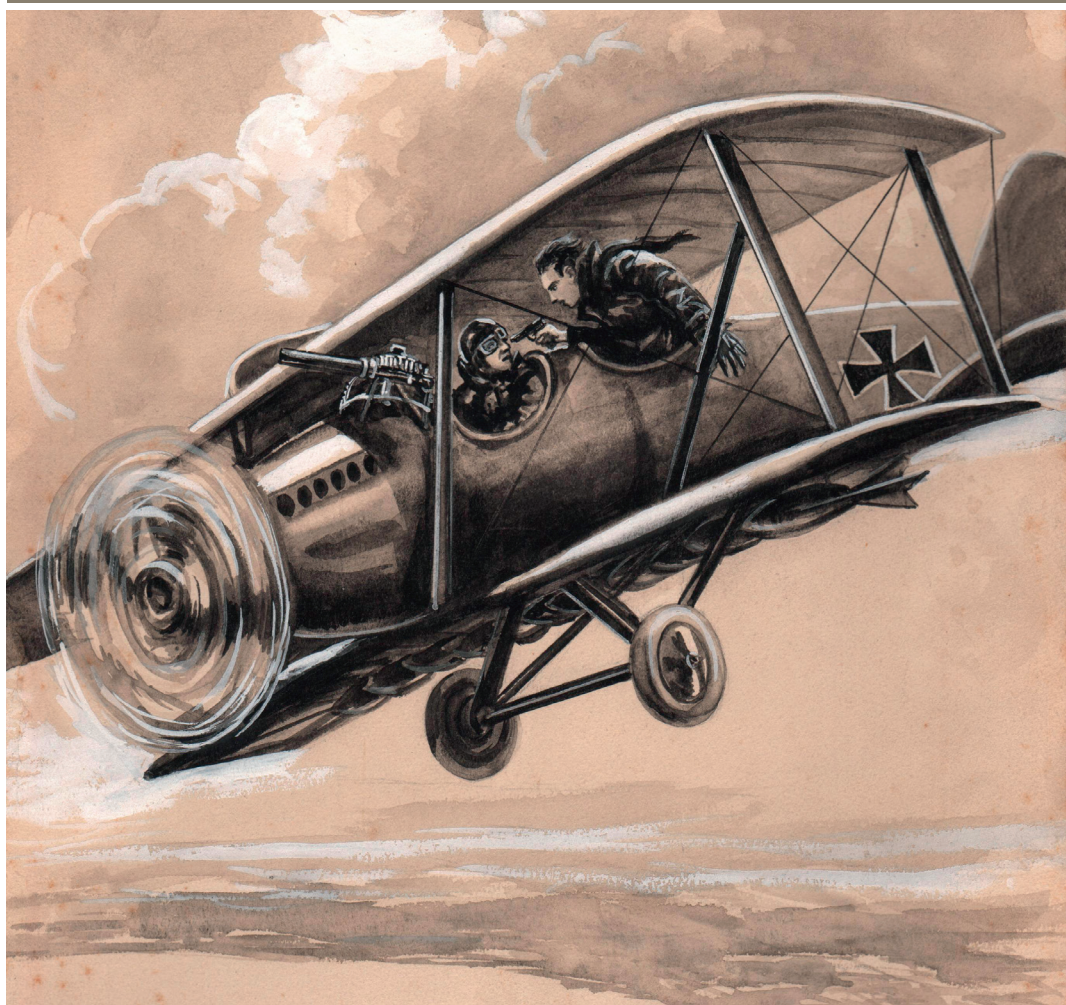


História e património da edição – a Romano Torres

Daniel Melo



HISTÓRIA E PATRIMÓNIO DA EDIÇÃO – A ROMANO TORRES

Autor: Daniel Melo

Colaboradores: João Luís Lisboa, Afonso Reis Cabral, Joanna Latka e Patrícia Cordeiro

Referees: Carlos Jorge Figueiredo Jorge, Manuela Barreto Nunes e Sérgio Campos Matos

Capa: Edições Húmus

Ilustração da capa: António José Ramos Ribeiro

Legenda da ilustração da capa: Ilustração s.t. e s.d. de António José Ramos Ribeiro pertencente ao espólio iconográfico da Romano Torres na posse de Francisco Noronha e Andrade. Terá sido trabalhada para integrar a *História Ilustrada da Guerra de 1914*, pois tem semelhanças temáticas e estilísticas com várias ilustrações aí presentes (v.g., vol. 1, p. 448 e vol. 4, p. 297). Pode ter 'caído' por falta de oportunidade. Esta obra em 5 volumes foi escrita por Bernardo de Alcobaça, ilustrada por Ramos Ribeiro e Alfredo de Morais, e editada pela Romano Torres durante e logo após a I Guerra Mundial (cf. <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?p=13809>>).

© Edições Húmus, Lda., 2015

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

© Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar e Daniel Melo

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa

cham@fcsh.unl.pt

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2015

Depósito legal n.º 399938/15

ISBN: 978-989-755-172-7

Apoio:



Os editores: Portugal e as transformações no mundo do impresso no século XIX

João Luís Lisboa

CHAM, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES E DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A figura profissional do editor formou-se e consolidou-se na Europa e nas Américas durante o século XIX. Esse processo teve diversas vias. Veremos como, em Portugal, das iniciativas editoriais do antigo regime se passa ao editor profissional através, seja de famílias de profissionais ligados ao mundo da tipografia e do comércio livreiro, seja através do destaque de novas profissões ligadas ao livro e à imprensa, nomeadamente tradutores e gente do mundo dos jornais. Estas duas vias apresentam-se como concorrentes mas, num caso como no outro, a concepção de géneros e colecções baseia-se nos livros que se percebe agradarem a um número crescente de leitores, destacando-se em particular o romance de larga circulação europeia.

A figura do editor nasceu, na Europa e nas Américas, durante o século XIX. Referimo-nos a uma profissão de que não se pode falar com propriedade até então. Quem até ao século XVIII pedia um privilégio para um impresso podia até não ter qualquer ligação ao negócio dos livros. Quem imprimia era alguém que dominava a arte de imprimir e que, na sua oficina, trabalhava com os prelos e ensinava o que fazia. Podia escolher títulos para produzir, mas não era isso que o identificava. Devia tratar os textos com cuidado, mas não se imaginava como profissional intervindo sobre os conteúdos que dava a ler. Podia promover traduções, mas fazia-o como expediente de quem precisava de material para produzir¹.

Havia, pois, até ao século XVIII, negociantes de livros, havia impressores com maior ou menor iniciativa, havia gente com interesses diversificados no que ia sendo publicado. Mas os agentes e mediadores de edição não são se reconheciam como editores, figura profissional que não existia. Não se distinguia uma actividade centrada na constituição de um catálogo de produção própria, pensando aquilo que era o leitor potencial (ou leitores potenciais) desse catálogo. Não se distinguia o que fosse editar do que eram as competências de negociante/livreiro, promotor/mecenas ou impressor. E esta não distinção associa-se a uma outra grande alteração que então tem lugar – a da mudança de modelos de regulamentação das actividades profissionais, com a perda do papel das corporações, seja no reconhecimento da formação de quem delas fazia parte, seja no controle das práticas dos seus membros. Lembremos, em Portugal, o decreto do rei D.

1 V. g., Martin e Martin, 1990; Mollier e Cachin, 2009; Michon e Mollier, 2001; Escolar, 1996.

Pedro, de 7 e Maio de 1834, que extinguiu a Casa dos 24, instituição que reunia os procuradores das corporações em Lisboa, e extinguiu assim também os lugares de controlo dos ofícios que lhe estavam associados. Ou seja, mudam os modelos de formação e de acesso à arte e à prática, muda o perfil do profissional e o seu reconhecimento público e mudam, simultaneamente, as suas formas de regulação e de representação social².

Por outro lado, a evolução secular de alargamento do universo dos leitores tem, em final do século XVIII e inícios do XIX, uma feição simultaneamente quantitativa e qualitativa. Novos leitores em número implicavam também novos géneros e novas formas de leitura. Multiplicam-se os periódicos, as leituras de menor fôlego, os expedientes para embaratecer edições e fidelizar leitores, como a venda por fascículos. Assiste-se à expansão da publicação nas línguas nacionais, e à proliferação de romances e leituras de entretenimento, para as quais tantas vezes se imaginava um público feminino, antes irrelevante para o negócio do livro³.

Informar e entreter

A mudança de profissionais e de leitores tem correspondência no que se produz e se procura. E aí conta o facto de que, no final do século XVIII e, sobretudo, na primeira metade do século XIX, se vai impor a necessidade da leitura política em todas as suas formas, na opinião, na informação ou na troça. Sendo constituída geralmente por textos de pequeno fôlego, artigos de jornal, folhetos críticos ou jocosos, esta leitura marca a grande diferença entre o que era uma competência própria de elites, em particular as elites urbanas europeias, qualquer que seja o seu perfil, e o que constituía como uma competência necessária à nova concepção de cidadania. Não se imagina que “toda a gente” tinha de passar a ler. Mas o espaço cultural e político que correspondia às práticas da leitura era reconhecidamente mais amplo e identificava-se com a necessidade de relação entre quem estava em lugares de administração e poder, por um lado, e todos aqueles que devia representar, por outro. Esta relação, sendo manifestamente teórica, é, em todo o caso, real, no sentido em que não é necessário adoptar uma visão romântica do cidadão para compreender que os modelos a que as práticas de leitura estavam associadas se haviam transformado.

Assim, em toda a Europa, mas também nas ex-colónias americanas, assumindo dimensões e velocidades diferentes, o mundo da leitura se transforma sobre uma dupla base – 1: a necessidade da informação e 2: a legitimidade do entretenimento. Acresce que, embora em planos locais ou nacionais, todo este mundo está interligado. Podemos pensa-lo a partir de uma tensão.

2 Vd. Guedes, 1993.

3 Sobre a formação dos públicos e dos seus gostos, nestes anos, vd., p.e., Klancher, 1987.

Em primeiro lugar, era manifesta a necessidade de fornecer com textos um número crescente de leitores, tirando partido comercial desse crescimento e dessa disponibilidade. E essa necessidade era dificilmente satisfeita pela produção própria de cada espaço regional ou nacional.

Em segundo lugar, essa resposta recorria a autores e referências cuja notoriedade ou, pelo menos, pertença a espaços de notoriedade internacional, promovia a sua circulação. Ou seja, o espaço abre-se e pede textos. Muitos desses textos trazem consigo uma chance de fama ou de apelo que responde à procura crescente e ajuda a alargar o espaço de procura. Este processo é eminentemente internacional e intercontinental, embora a circulação não seja nem igualitária, nem equilibrada, como se sabe. Importa perceber que aquilo que é o equilíbrio entre produção própria e traduções num dado espaço editorial não corresponde a qualquer reciprocidade nos espaços editoriais de onde provêm as traduções. Em França, por exemplo, no século XIX a importação ou tradução de textos de outros países têm um peso muito baixo perante aquilo que se editava internamente. E, em Portugal, assistir-se-á, com oscilações, a uma fortíssima presença do livro estrangeiro, em particular francês, com vários momentos de predomínio de traduções⁴.

Estes desequilíbrios (ou equilíbrios desiguais e instáveis) acabam por ter um papel no animar da edição nos seus diversos níveis. A dinâmica que se verifica não é, obviamente, apenas intelectual, no modo como espaços editoriais constituídos e consolidados interferem noutros mais débeis e beneficiam do seu desenvolvimento, em particular usando canais que estavam já abertos para essa interacção em géneros diferentes. Esses canais, no caso do livro, existem para o conjunto da Europa desde cedo, afirmando-se de modo muito forte no século XIX, tanto no que diz respeito à circulação de exemplares, como no que respeita à tradução e circulação de textos. Podemos ver como, do século XVIII para o XIX, o fluxo de chegada de sermões, vindos de França para Portugal, é substituído e ultrapassado essencialmente pela circulação de romances. A oratória sagrada importada (em livro ou em texto traduzido) tornara-se residual, enquanto os romances ficaram e passaram a constituir o grande interesse dessa nova figura de editor.

Não se dará aqui uma visão aprofundada e global do que era a edição portuguesa oitocentista. Embora desigual e de menor dimensão relativamente a outras realidades europeias, essa nova realidade ganha uma amplitude que exige novos estudos parciais. Basta, para já, dizer que o quadro existente não é nem uniforme nem uniformemente diverso da realidade anterior. Pelo contrário, ainda se poderão notar longamente as permanências e o modo como, em muitos casos, negociantes de livros e impressores com experiência continuam a sua actividade de fornecedores de serviços ou como se adaptam e se assumem nos seus novos papéis de agentes de edição. Também instituições já com décadas de actividade, como a Academia Real das Ciências, a Imprensa Régia ou

4 Ribeiro, 1999: 207; Santos, 1985: 237.

a Imprensa da Universidade de Coimbra vão assumir esse papel, a par das iniciativas comerciais que nascem dos novos associativismos políticos como a Typografia Patriótica de Carlos José da Silva.

Nesta análise do que continua e do que muda, há dois aspectos centrais a ter em conta. Um é o modo como as instituições e empresas que produzem livros tomam a iniciativa sobre o que publicam. Outro aspecto é o que consta nas suas listas. Como refere Artur Anselmo, ainda nos anos 40 ou 60 do século XIX, se encontram catálogos que poderiam muito bem, pelos seus títulos e temas, ter sido constituídos muitas décadas antes:

“a casa Viúva Bertrand e Filhos vendia na sua loja de Lisboa obras místicas e teológicas, livros de História Sagrada e Eclesiástica, sermonários e novenas da mais austera ortodoxia, como se o gosto do público nada tivesse evoluído durante um século; na literatura profana, tanto a Bertrand como a Academia das Ciências (desde sempre ligada à actividade editorial), a Rolland como a Imprensa Nacional (sucessora da Imprensa Régia) anunciam e vendem, até aos meados do século XIX, livros de pendor histórico e religioso, preferencialmente” (Anselmo, 1997: 117).

Nessa transição de modelos e de gostos, é de notar que a edição romântica portuguesa não vai romper em Lisboa ou Porto, mas além-fronteiras, em Paris e em Londres, através dos próprios autores portugueses que aí fazem publicar as suas obras. Desse facto é exemplar o caso de Almeida Garrett, autor emblemático do primeiro romantismo português. A circunstância é a do exílio pela repressão das posições liberais que defendia. O resultado é a publicação de livros e jornais em Paris (1825-1826) e Londres (1828-1829), nomeadamente o poema *Dona Branca*, publicado pela Aillaud, em 1826 e que é considerado um dos textos fundadores do romantismo português. Mas, aos poucos, também em Portugal, desde os anos 20, e sobretudo a partir da segunda metade dos anos 30, a Imprensa da Universidade de Coimbra vai começar a publicar os novos autores e os novos modelos estéticos.

Duas famílias: da oficina de João Rodrigues Neves à Tipografia Sousa Neves

Das muitas casas de edição que existiram ao longo do século, umas tiveram maior longevidade, outras, uma vida breve, ou estiveram associadas a algum projecto editorial concreto e precário. Algumas são muito conhecidas, como a Bertrand, a Parceria A.M. Pereira, a Livraria Civilização⁵. A sua longevidade, como no caso da Bertrand, não significa continuidade de gerência ou de concepção editorial. Mas o facto de se manter uma marca é significativo da importância que essa marca, esse nome, podia ter para o mundo comercial e para os leitores. Artur Anselmo, no seu artigo já citado, apresenta

5 Pereira, 1998; Cravo, 2009.

uma longa lista com dezenas de nomes de empresas ligadas ao mundo do livro, entre livreiros, tipógrafos e editores, com incidência natural nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, mas abarcando também empresas de algumas outras localidades, sobretudo a norte do país e nos Açores.

Escolhemos aqui abordar alguns exemplos menos conhecidos, mas representativos deste universo e de como ele evoluiu ao longo do século. Um desses exemplos é o de uma empresa tipográfica, ou uma sucessão de empresas e gerências a partir de um nome de família, que atravessa todo o século XIX e cuja produção é variada em títulos e géneros. Refiro as duas famílias Neves presentes no elenco de Anselmo (1997), a “Tipografia Nevesiana” e a “Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves”. São duas empresas distintas, mas curiosamente sequenciais. A primeira vem do século XVIII e tem actividade, com três gerências diferentes, até meados do século. A segunda arranca nos anos 40 e vai até ao fim dos anos 80.

É certo que uma ou duas empresas não podem traduzir toda a história da abundante produção livreira oitocentista. Mas nas iniciativas e negócios destas famílias é possível seguir a edição em Portugal desde os primeiros anos do século, quando João Rodrigues Neves, impressor com um catálogo típico de antigo regime, ainda trabalha. Há edição, mas João Rodrigues Neves é apenas um impressor. Produziu comédias e entremezes, sobretudo de autores recentes, mas também as fábulas de Fedro, traduzidas em verso dramático. Da variada produção que saiu dos seus prelos consta o nome de Gomes Freire de Andrade (1806), obras de referência como a *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal* (1806), sucessos como as *Tardes Divertidas* que foram sendo publicadas desde 1794 até 1804, ou o início do *Piolho viajante*, em 1803, continuado por outros impressores, e retomado pelos seus descendentes, na Nevesiana, décadas mais tarde. Teve também nos livros médicos e jurídicos uma parte significativa da sua produção e, para além das comédias e das tardes divertidas, publicou obras de entretenimento de feição moralista como a tradução de Marmontel (1804). Muito activo, como tantos impressores em Portugal, durante a Guerra Peninsular (1807-1814), produzirá abundante material anti napoleónico entre 1808 e 1811.

Estes poucos exemplos dão uma imagem do que era a herança “editorial” desta empresa quando, em 1812, e durante cerca de vinte anos, passou a ser assumida pela “Viúva Neves e Filhos”. Numa linha de continuidade, verificamos a importância dada à publicação de teatro. Mais do que a prova de gosto de um impressor, eram produtos com garantia de vendas. Outra linha de continuidade é o lugar dado às obras médicas, incluindo pelo menos um folheto publicado em francês, além de vários títulos dedicados ao funcionamento do Hospital de São José, em Lisboa⁶.

6 Publicavam-se, neste campo, obras com públicos diversos, desde os profissionais aos curiosos, e recorrendo livros com proveniências diversas, das ilhas britânicas à França, e também obras originais. Um exemplo é a divulgação da obra de Erasmus Darwin, com *Resumo do systema de medicina e tra-*

Os anos que vão de 1812 a 1820 mostram também a variedade de interesses, com a proliferação de gramáticas (das línguas portuguesa, mas também francesa e inglesa) e manuais para aprender a ler, a par de prognósticos e lunários, representando o saber constituído a par das folhas mais ligeiras e dos saberes populares, mas não correspondendo necessariamente a públicos completamente distintos. Dessa variedade faz parte a sucessiva publicação de livros com regras de jogos como o do voltarete. O jogo usava o impresso impondo-se e alargando-se socialmente, ganhando legitimidade e públicos que justificavam o interesse comercial da edição⁷. Reforçava-se também, entretanto, seja pela pressão da procura dos leitores, seja pela iniciativa de quem escreve ou quer tirar proventos do que escreve, a tendência para incluir, na produção da casa, as obras críticas e narrativas morais, em tradução ou por autores portugueses⁸.

E, finalmente, uma nova tradição tem também então início nesta casa, a da impressão de catálogos e regulamentos. Nessa vertente do seu trabalho, a Imprensa da Viúva Neves e Filhos, como as tipografias que serão assumidas apenas pelos descendentes, apresenta-se como prestadora de serviços. Aqui não existe um dedo de editor, mas a capacidade do tipógrafo, evidenciando-se perante quem precisa de fazer encomendas e tem de escolher a oficina a que recorrerá. Numerosos catálogos de bibliotecas e livrarias serão produzidos por esta tipografia, com a curiosidade suplementar de o primeiro produzido pela viúva, em 1812, quando assume a empresa, ser de livros chegados do Rio de Janeiro e que se vendiam na loja de Paulo Martin e Filhos⁹.

dução da matéria médica do doutor Erasmo Darwin, anotado por Henrique Xavier Baeta, Lisboa, Nova Officina João Rodrigues Neves, 1806. Posteriormente, saíram títulos como o *Reflexões e observações sobre a pratica da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequencias, feitas em Inglaterra: trasladado fielmente da edição feita em Londres em 1808*, de Heleodoro Araujo Carneiro (1809); o *Compendio de obstetricia*, de Joaquim da Rocha Mazarem (1823); o *Formulario geral medico-cirurgico para o Hospital Real de S. Jozé da cidade de Lisboa* (1828). Quanto ao folheto em francês, um in-fólio de natureza claramente publicitária, foi publicado em Lisboa com o título *Précis sur les propriétés médicales de l'eau de cologne de Jean-Marie Farina, ancien distillateur de cologne, demeurant rue Saint-Honoré, n. 331, à Paris* (1823). De França chegavam, com as letras, as águas. E o impressor lucrava com a procura destes produtos e destas folhas volantes. Outro exemplo é o anúncio ao *Balsamo de Mentrastes* (1825), de José Coelho de Moura, um produto com origem no nordeste da Península Ibérica.

7 Vd. Lisboa, 2006.

8 Exemplos saídos dos prelos da Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos – *Novella intitulada: O poder da virtude, ou o triunfo inesperado*, por Antonio Maria Furtado, 1814; *Tribunal da razão onde he arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta, obra critica, alegre e moral*, de José Daniel Rodrigues da Costa, 1814; *Cadellinha: novella ou conto...* pelo autor do “Piolho viajante”, 1816; *O velho e a menina ou casamento desigual: novella hespanhola...* [Miguel de Cervantes Saavedra], 1818; *O vicio castigado, ou a historia da vida e processo de Luís Domingos Cartucho e de muitos dos seus cumplices...*, 1820.

9 *Catálogo das obras impressas no Rio de Janeiro e que se acham à venda em Lisboa na loja de... Paulo Martin e Filhos*, Lisboa, Oficina da Viúva Neves e Filhos, 1812, 2 f.

Vemos, assim, a variedade do que é produzido pela empresa, atraída por obras de venda segura, mas sem descurar os géneros mais prometedores, no momento em que a revolução liberal irá introduzir uma mudança profunda nas prioridades e nos quantitativos da edição. O período da gerência da Viúva é justamente marcado pelo surto do político no campo da edição. Sabemos bem que desde o início do século a política estava presente nas publicações jurídicas, como nos periódicos de opinião, muitos dos quais aguentaram proibições e percorreram com sucesso circuitos clandestinos. Mas percebe-se que a partir da vitória do liberalismo em Agosto de 1820 deixamos de falar de apenas algumas publicações e de apenas alguns leitores. A política passava a ocupar decisivamente o campo editorial.

As características da família Neves e das suas empresas permitem entender que tenham navegado a onda da edição política. Entre as primeiras publicações a sair desta oficina, após a revolução de Agosto, está uma brochura que parece responder às necessidades imediatas de esclarecimento, o *Manual político do cidadão constitucional*. Publicação a reter, neste período, é a da antologia de escritos de Edmund Burke, anunciados como “mui uteis para a regeneração de Portugal”, antologia preparada por José da Silva Lisboa e publicada pela Viúva Neves em 1821, pelo menos com duas edições. Mas com o regresso do absolutismo em 1823, a tipografia passa a publicar diversos textos de elogio de D. Miguel e anti-maçónicos.

Outro resultado dessa nova tendência é a multiplicação de periódicos, a que a maior parte dos tipógrafos e editores estará associada, e, ao mesmo tempo, folhetos que fazem troça dos periódicos e de quem os escreve. Os que se publicam logo após a revolução de 1820 são, como se esperaria, mais directamente interventivos. Nesse mesmo ano saem dos prelos da Viúva Neves o *Minerva constitucional* (Novembro a Dezembro 1820) e o *Patriota* (Setembro 1820 a Dezembro 1821). Rapidamente o perfil dos periódicos se alarga, acrescentando os interesses dos leitores. Em 1821, José Pinto Rebello, Manuel Ferreira de Seabra e António Luiz de Seabra fazem sair, nesta mesma casa, com *O cidadão literato: periodico de politica e literatura*. A tendência europeia, já então com mais de cem anos, de crescimento constante da produção de periódicos, tem, em Portugal, natural aceleração em 1820 e os Neves estão nesse processo.

Completa-se o quadro que ao longo do século se irá desenvolver, com o livro e o jornal político em lugar central. Já na segunda metade do século, aparecerá a revista. Mudam-se formatos, composições, relação entre texto e imagem. Os periódicos alargavam o seu campo de acção, juntando política, letras, entretenimento e informação comercial. Mais tarde, com Joaquim Germano de Sousa Neves pretender-se-á ocupar um espaço internacional e transcontinental, como a *Revista de Portugal e Brazil*, que Luciano Cordeiro e Rodrigo Affonso Pequita dirigiam (1873-1874).

Sinal visível dessas mudanças, o jornal começa a aumentar as suas dimensões, ultrapassando o 4º que, ainda assim, continuava a ser dominante, e adoptando formatos de

30 ou mais centímetros. Os já referidos *Patriota* e *Minerva* têm 30 e 37 cm, respectivamente, e a maior parte dos que se seguem têm entre 26 e 36 cm. Os novos formatos começavam a impor-se, embora haja exemplos da manutenção dos formatos antigos, curiosamente associados a publicações também de pendor mais conservador. Saindo das tipografias dos Neves, podemos acrescentar a experiência de António Joaquim Nery, que em 1863/1864 publica *O amarelo*, semanário de 44 cm, com números em papel rosa. Verificamos, nestes casos, o cruzamento entre as transformações de concepção de um objecto e as respostas que as oficinas dão, no plano técnico. Ou seja, edição é o modo como se concebe e faz a página, e é também a tecnologia que a produz.

Com a consolidação do liberalismo e a morte da viúva Neves, a sua empresa entra numa nova fase, assumindo a designação Nevesiana entre 1833 e início dos anos 50, conhecendo-se ainda um título de Alexandre Dumas com esta chancela, isolado em 1859. Dessa fase, destaque para a *Biblioteca Familiar e recreativa oferecida à mocidade portuguesa* entre 1835 e 1846. Entretanto, os irmãos Neves haviam-se separado e, com eles, os seus trabalhos de tipografia e edição.

Como de uma sucessão se tratasse, outro Neves, sem aparente relação com os anteriores, vai então surgir. Joaquim Germano da Sousa Neves, filho de barbeiro, formou-se em várias tipografias entre 1835 (quando tinha 15 anos) e 1841. Estabelece-se em 1844 como tipógrafo com sede na travessa de Santa Catarina, em Lisboa, e terá actividade até 1881 (após o que a sua viúva passa a gerir e a assinar as publicações). Pelo menos entre 1844 e 1859 coexiste, portanto, com a empresa Nevesiana.

É a fase em que a mudança de perfis profissionais que temos aqui abordado, com o nascimento do editor se irá definir completamente. Vemos isso na relação entre estas casas tipográficas e os periódicos, de que já foram dados exemplos. É manifesto que, em muitos casos, a empresa se limita a fornecer um serviço, como acontece com *O Recreio*, propriedade e redacção de Mendonça e Costa e de Ribeiro de Sousa. Mas a associação directa do tipógrafo como editor e director de publicações também se verifica. Joaquim Germano da Sousa Neves será o director da *Gazeta do Povo*, com quase mil números publicados entre 1869 e 1872, um jornal cujo formato entretanto evoluíra para os mais generosos 47 cm. Nesse mesmo ano, a empresa começa um outro jornal, de bem maior longevidade e influência, o *Diário Ilustrado*, que inova e consolida a cara e o grande formato na imprensa periódica.

Da actividade de Joaquim Germano há três aspectos ainda a sublinhar.

O primeiro é a presença do nome desta empresa em alguns dos momentos marcantes do debate cultural e político, em particular nos anos sessenta. Para além dos jornais, muitas polémicas se faziam em sucessões de brochuras. Entre as que tiveram mais eco, A Tipografia Sousa Neves publica a sucessão de “cartas” de Alexandre Herculano sobre o casamento civil. O mais importante historiador do seu tempo, Herculano foi protagonista de diversas controvérsias de grande repercussão na imprensa. Outra polémica, de ainda

maior repercussão, pela forma como dividiu e apaixonou a intelectualidade portuguesa, foi a do “Bom senso e bom gosto”, onde uma nova geração de escritores se opunha aos cânones, às autoridades literárias e ao gosto dominante nos anos de 1860. Desta polémica, uma parte das brochuras encontrou abrigo no impressor Joaquim Germano.

Fruto desta faceta mais interventiva nascem títulos com características diversas, que vão desde folhetos sobre a revolta da Maria da Fonte, no norte do país (1846), a uma brochura sobre o ensino superior das letras (1859), a uma outra de Luciano Cordeiro sobre o casamento dos padres (1872), ao Regulamento do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1868), ao livro de Oliveira Martins, *Portugal e o Socialismo* (1873), ao projecto de constituição de uma importante loja maçónica (1877) ou a livros e brochuras envolvidos nas comemorações do centenário de Camões (1880). Joaquim Germano, maçom empenhado, sócio de diversas associações e sociedades profissionais e sociais, levava a sua cidadania ao trabalho de editor, ainda que tenha produzido publicações com que supostamente nem concordava. Disso é exemplo o periódico *Lanterna*, 1868-1873, que lhe valeu dois meses de cadeia por se recusar a revelar o nome do autor de um artigo.

Um segundo aspecto a salientar na actividade deste impressor decorre da importância crescente que a literatura, em particular as obras de ficção, tem nos catálogos e nas vendas. Já na empresa da outra família Neves esta opção estava presente. Registe-se a publicação de várias edições de Ariosto (ainda pela Viúva em 1822) e Bocage até à multiplicação de romances ao longo de todo o século. Com Joaquim Germano, os títulos sucedem-se, com lugar de destaque de diversos escritores portugueses muito conhecidos e vendidos, como Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, mas também muitas traduções de autores estrangeiros, como Alexandre Dumas, Samuel-Henri Berthoud, Charles de Bernard, Paul Féval, Frédéric de Sézanne, Paul de Kock, entre outros.

Associado a este há um terceiro aspecto, mais importante para a compreensão daquilo que estamos a falar. Trata-se do estatuto do profissional do livro, que por vezes é editor mas com frequência se limita a vender o seu trabalho como tipógrafo. Neste sentido, podemos atribuir uma carga simbólica ao facto de os Estatutos da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas terem sido impressos nas oficinas de Sousa Neves. Mas o motivo por que associamos estes dois aspectos vem de, tomando o exemplo dos vários títulos de um escritor muito conhecido como Camilo Castelo Branco, se tratar em geral de trabalhos de impressão feitos para um livreiro, neste caso aquele que compra o título e encomenda o trabalho. Falo do livreiro Campos Júnior, que começou por esses anos a mexer-se como editor e foi responsável, a par da Viúva Moré e da Parceria A. M. Pereira, além de outros menos significativos, pela edição de muitos dos livros deste escritor.

Ao analisar-se o quadro errático das edições e dos editores de Camilo, e tendo presente a sua correspondência publicada com um deles (a Parceria A. M. Pereira), percebemos o modo como um autor vai vendendo os seus livros (a propriedade de cada livro),

um a um, a quem acredita que pode estar interessado¹⁰. O escritor tipicamente não encomenda uma edição. Vende o seu livro a um editor, neste caso, um livro que já tinha saído num jornal em fascículos, e oferece o contrato para outros que tem preparados. Campos Júnior comprou cerca de uma dezena de títulos a Camilo e, não tendo tipografia, encomendou, por sua vez o trabalho a Sousa Neves, publicando títulos como *O esqueleto*, *A queda dum anjo*, *Cavar em ruínas*, *A bruxa de Monte-Córdova*, *Mistérios de Fafe* e *O sangue*.

Mas o próprio Sousa Neves, não deixando de ser tipógrafo, comprou a propriedade de outros livros que editou e vendeu. Joaquim Germano não era apenas impressor. Tem iniciativa, dirige revistas, cria colecções. Está nos dois papéis ao mesmo tempo. Podemos vê-lo a ele e à sua empresa, até pela sua dimensão e longevidade, como uma parte neste processo da história da edição em Portugal. Exemplo dessa iniciativa são as colecções de teatro e as séries de obras sobre artistas de teatro. Mas também comprou o *Dicionário popular* de Pinheiro Chagas, quando ia já no 7.º volume, em 1880, e o *Almanak do povo*, ao editor Desidério Maques Leão, passando a ser ele o editor.

Homens de letras feitos editores: a pista Paul de Kock

A relação entre editores, livreiros e tipógrafos é longa e, por maioria de razão neste período de definição do trabalho do editor, por vezes pouco clara. No que respeita ao modo como as empresas nascem e evoluem, vemos como muitos editores partem justamente do conhecimento que têm do processo de produção e da familiaridade com os autores. É curiosa, por exemplo, a genealogia da Civilização Editora, que remete as suas origens para a Tipografia Fraga Lamas (1879) e não para a Livraria Civilização que até é mais antiga (1876) e cujos destinos empresariais e familiares se cruzaram entretanto. Mas, para além do cruzamento de duas genealogias, há também o facto de as iniciativas no campo editorial terem nascido com a tipografia e não com a livraria. Embora na produção inicial da tipografia não seja fácil de distinguir o que resultava de iniciativa própria, com compra de propriedade de títulos, o certo é que esse processo teve lugar quando a livraria Civilização era apenas um entreposto de venda.

No mesmo sentido vemos o que se passa com a futura editorial Romano Torres, cuja genealogia assumida remonta a 1885, a uma empresa construída em torno a uma tipografia com o objectivo de publicar um jornal. O jornal começa efectivamente em 1885, mas a empresa apenas no ano seguinte, quando João Romano Torres, então com 30

10 Por exemplo, a seguinte: “O sr. Roussado indicou-me que V.S. desejava comprar a propriedade do meu romance, que é publicado na *Revolução*. Respondi, propondo o preço de duas edições, e não sei a resolução que V.S. tomaria. / Se lhe convém ensaiar algumas publicações minhas, melhor será que V.S. directamente se entenda comigo. Estou escrevendo um outro romance denominado *A Fidalga dos Olivais*, facto histórico acontecido aí. Deve ser um volume de 300 páginas, e dou-lhe a propriedade por 25 libras” (in Branco, 1973: 84).

anos, assume o controlo da publicação. Porém, a história desta família de tipógrafos no mundo da edição é muito anterior, começando quando o pai, Lucas Evangelista Torres, em 1870, já com muitos anos de profissão, decide editar a *Educação popular* de Pinheiro Chagas, a que se seguem, durante um quarto de século, vários outros títulos. Casado com uma senhora da família de livreiros Machado, Lucas Evangelista Torres inicia os filhos na profissão de tipógrafo antes de cada um tentar o mundo da edição. João fá-lo-á, primeiro sem grande sucesso, nos anos 70, e depois, triunfando definitivamente a partir de 1885 com o jornal o *Recreio* e também com a tradução do romance francês *A magnetizada*¹¹, inserido numa “Biblioteca Romântica” que incluirá muitos autores de sucesso.

Os romances são boa pista para diversas perguntas. Sobre os gostos, certamente, mas também sobre as prioridades de quem produz os livros e de como o faz. As escolhas nunca foram pacíficas e, no caso dos romances, as fronteiras movem-se separando opções e prioridades. Distinções de gosto revelam-se nas suas dimensões económicas e até políticas. Sobretudo em meados e na segunda metade do século, os autores de maior autoridade tentaram contrariar o que consideravam a imposição estrangeira nos gostos dos livros. Alexandre Herculano e Almeida Garrett, por exemplo, contestavam a inevitabilidade de considerar a literatura como mercadoria. Atacavam autores concretos, aqueles que iam fazendo a felicidade de editores e tipógrafos e “puxando as lágrimas das senhoras com as histórias mais imbecis”. Contesta-se, assim, uma corrente de livros que transportam vários pecados. São exageradamente sentimentais, são pobremente escritos, sobrevivem à custa do agrado de gente sem formação e sem critério e são fruto de gostos estrangeiros. De tal forma esta literatura se vendia bem que António Feliciano de Castilho, já então um escritor respeitado e procurando justificar a distinção entre boas e más leituras, descrevia em 1842, na *Revista Universal Lisbonense*, uma Lisboa dominada por livros e leituras (de gosto duvidoso), juntando soldados, cozinheiras, caixeiros e remendões aos mais prováveis eclesiásticos e juristas¹².

Um dos autores que fez sucesso na Europa foi Paul de Kock (1793-1871), antigo funcionário bancário em Paris que descobrira a fortuna de se dedicar por inteiro à escrita. Publicava abundantemente e os seus livros vendiam-se bem, em França, como no estrangeiro. Em Portugal conhecerá muitas dezenas de edições, diversas colecções, vários editores, e a raiva dos referidos Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho a quem, ao contrário de tantos leitores e leitoras seus contemporâneos, repugnavam as descrições das frivolidades e dos sentimentos da burguesia parisiense. Embora mostrem como as elites literárias viam os livros de grande venda, não nos ocupamos do mau feito

11 Traduzido por José Carcomo e publicado em 1888 sob a chancela da Minerva Comercial (v.o. *La magnétisée*, Paris, E. Dentu 1885). Trata-se do segundo livro de Georges Maldague, pseudónimo de Joséphine Maldague, nascida em Rethel (Ardennes), em 1857, e falecida em Paris, em 1938. Ignoramos se os editores portugueses sabiam que estavam a publicar o livro de uma mulher, então com 30 anos.

12 *Revista Universal Lisbonense*, n.º 44, Agosto de 1842, p. 523, cit. em Anselmo, 1997: 125.

do poeta bucólico que foge para o isolamento açoriano (Castilho) ou do historiador que se irá recolher em Vale de Lobos (Herculano). O que nos interessa no caso de Kock é o que essas leituras nos contam da história da edição e dos editores portugueses a partir de meados do século XIX (vd. quadro 1) ¹³.

Quadro 1. Editoras portuguesas que publicaram obras de Paul de Kock (1841-99).

1841-1849	Neryana
1844	Nery
1844	Nevesiana
1854	Hermenegildo Pires Marinho
1857	J. J. Mattos
1857-1877	Lisbonense
1863-1879	Salles
1866	s.n. (r. dos Gallegos 38)
1876 e ??	Joaquim Germano da Sousa Neves
1894-1896	Libânio da Silva
1895	Tavares Cardoso & irmãos
1897-1899	Libânio & Cunha
18??	Antiga Casa Bertrand

Fonte: PORBASE

Até aqui, seguimos tipografias concretas e quem as geriu. Agora seguimos um autor traduzido. Através dele encontramos os tradutores e os editores que o difundiram. A ideia é simples. Temos um autor de grandes sucessos, aquele que corresponde às leituras de maior sucesso comercial. Repetidamente traduzido e publicado desde o início dos anos 40 até às primeiras décadas do século XX, esse autor dá-nos a conhecer os nomes de editores e de empresas que se sucedem, bem como o modo como essas empresas marcam a sua especificidade. O que pretendemos verificar é como a tradução é determinante na existência de diversas empresas, não apenas na sua viabilidade, mas até na sua concepção. Sucodem-se as empresas ou nomes que publicam dezenas de obras de Paul de Kock que circularam em Portugal, em sucessivas edições, até 1899.

Já no século XX, a tipografia Minerva aproveitou algumas versões feitas pela tipografia de Salles no século anterior, mas é sobretudo a Empresa da História de Portugal que, a partir de 1907, tomará a seu cargo a publicação das suas obras completas, em edições

13 Ribeiro, 1999: 206-207; Anselmo, 1997: 124-125.

ilustradas por Roque Gameiro. A fama deste autor ainda estava próxima e devia corresponder em grande medida à formação de autodidata com muitas leituras que era a do editor Henrique Marques. Ou seja, o próprio editor da Empresa da História de Portugal é testemunha como leitor, dos anos em que devorava o que podia, da tabacaria ao lado da loja onde estava empregado, na Rua de São Domingos, em Lisboa, entre 1874 e 1876.

Diz-nos ele que, enquanto “caixeirava”¹⁴,

“li todo o Rocambole, e uma parte importante das obras de Paulo de Kock, por quem eu tive sempre um fraco e uma admiração de tal ordem que, quando vim a ser editor, publiquei 73 volumes das suas obras e tencionava publicar todas as restantes, para o que tinha e tenho um programa feito, segundo o qual a colecção deveria ter 150 volumes; depois quase que não houve romance algum da escola francesa, refiro-me aos romances de imaginação, que me não passassem pelas mãos e que não lesse sofregamente”¹⁵.

Começámos esta panorâmica Paul de Kock pelo fim, não apenas porque se trata de um leitor dos anos 70, mas sobretudo pela concepção da colecção que tinha por título, “Obras completas e ilustradas de Paulo de Kock”. Ou seja, uma colecção, feita com cuidado e despesa, consagrava o autor. E, no entanto, a imagem de Paul de Kock oscilava. Tinha aparecido em volumes soltos nos anos 40 e entrara noutras colecções sem qualquer pretensão. Salles Colaço integrara-o numa “Bibliotheca popular”, entre 63 e 79. Libânio da Silva, já nos anos de 1890, colocava-o numa outra a que dera o nome de “Horas alegres”, enquanto J. J. Mattos o havia enquadrado na mais neutra “Bibliotheca lisbonense”, na década de 1850. Não se trata de modéstia ou sobriedade. Trata-se de transmitir a ideia chave de que os livros propostos são ligeiros, divertidos e acessíveis. A opção posterior de Henrique Marques vai ao arrepio da imagem que todos os editores tinham querido passar, conferindo-lhe um estatuto que esses livros nunca tinham tido, o estatuto intelectual com que Marques se identifica, jovem caixeiro sem estudos que ascende ao mundo dos livros por muito ler.

As traduções e edições de Paul de Kock mostram-nos um modo de fazer empresa que em diversos casos se distingue da estabilidade da vida das tipografias antigas. Enquanto com as famílias Neves temos casas que continuam tradições tipográficas, com raízes nas práticas que as velhas oficinas transmitiam, já nos casos que procuramos a partir da tradução, as empresas constituem-se pela vitalidade dos géneros. As tipografias já não foram centrais na génese dessas novas empresas. Quem tem textos apetecíveis para oferecer tem também claramente uma grande vantagem e não deve subordinar-se às empresas já constituídas.

14 Expressão que designava o facto de trabalhar como empregado numa loja, então chamado “caixeiro”.

15 Marques, 1935: 78. Vd. também as pp. 306 a 311, onde explica as razões do seu gosto, mostra perceber que há muito quem não goste, e expõe o que já tinha publicado e o seu plano de publicações. Curiosamente, muitos dos títulos que tinham sido deixados para depois do n.º 74 já haviam circulado em tradução portuguesa no século XIX.

Este segundo modelo pode ser alternativo, mas não é contraditório com aquele que vem das antigas profissões associadas ao livro. O facto de agora, no século XIX, podermos ver editoras que nascem da iniciativa de tradutores, jornalistas, políticos, profissionais liberais ou gente diversa associada às letras, não faz desses novos agentes os editores típicos da nova profissão. Apenas realça a ideia de que o que distingue a profissão não é ter-se podido fazer uma formação no âmbito da produção ou comércio do livro, mas o facto de haver a possibilidade de mobilizar recursos para sustentar um catálogo e satisfazer um ou mais públicos, tal como o editor o/os concebe, públicos receptivos aos livros e às colecções que o editor pretende dar a ler.

As características deste mundo haviam mudado, mas a extinção das corporações e das suas regras, e nomeadamente a “Casa dos 24”, só parcialmente explica a mudança, dado que não podia regular uma profissão que, como se disse, ainda não existia. A abertura do mundo antigo dos livreiros e dos impressores aos novos homens de letras mostra a possibilidade de se poder sustentar comercialmente empresas de cariz intelectual. Ou seja, essa relação entre os homens de letras e as empresas de edição é correlativa da possibilidade desses homens poderem subsistir de trabalho intelectual. Não se trata necessariamente de se subsistir como autor, embora nalguns (poucos) casos até tenha acontecido. Trata-se de se poder viver de várias actividades ligadas à escrita, desde o jornalismo à tradução, passando pela redacção de verbetes para obras colectivas de maior fôlego ou para jornais (não podendo classificar-se esse trabalho de jornalismo) ou mesmo como apoio a um autor mais conhecido, com pequenos ou grandes trabalhos de investigação ou redacção.

Na entrada de Paul de Kock em Portugal, sobressai o nome de um tradutor, António Joaquim Nery. O seu percurso fala-nos de recepção e tradução, mas também de iniciativa editorial. Centremo-nos, para já, neste tradutor, cuja actividade começa em 1822 com a edição, pela Tipografia Patriótica, de *O salteador saxonico ou os subterraneos do castello de Honstein: aventuras d’hum jovem official frances, regressado das prizões de Bohemia*, de Hyppolite Vaugeois. A segunda edição desta mesma tradução do romance de Vaugeois sai em 1837 (15 anos depois), já em nome próprio de “tipógrafo”. Deve-se esclarecer que esta transição é mais complexa, dado que existem dois Nery, António Joaquim e Filipe. É o segundo que detém aquilo que se denomina “Tipografia de Nery”, durante os anos 30 onde António Joaquim publica as suas numerosas traduções. Num dado momento identifica com o seu nome a própria tipografia, até que esta passa simplesmente a chamar-se Neryana, não distinguindo um e outro.

Filipe dedica-se, ao longo dos anos 30, a publicar jornais, panfletos e outro género de escritos políticos. António Joaquim partilha esses entusiasmos liberais em diversos folhetos de sua autoria, uns mais sérios, outros mais jocosos. A política associa-se à actividade de escritor e tradutor até que se junta o horizonte da edição. Estivera noutras tipografias, como a Comercial Portuense e a Patriótica, publicando originais e traduções.

Então Nery passa a ser publicado apenas por Nery. E, a partir de 1841, o essencial da sua produção consiste em traduzir Paul de Kock de que publica mais de duas dezenas de títulos. Não se limita a traduzir esse escritor. Dá a conhecer em português outras obras, sobretudo de língua francesa, mas também do inglês. Entre os seus últimos trabalhos, já sem editora, estará o semanário *O amarelo*, de que já falámos atrás.

Duas linhas ligam o nome de António Joaquim Nery, nos anos 30 e 50, e o de Henrique Marques, já nos últimos anos do século e primeiras décadas do seguinte. Uma é genérica, e assenta no facto de pessoas que entram no mundo da edição como tradutores ou autores de pequenos textos se sentirem capazes de ter a sua própria editora, com ou sem parque tipográfico. A segunda é o interesse, ou mesmo o peso que as traduções de Paul de Kock têm nos catálogos dos dois.

Pelo meio, diversos outros tradutores e editores partilham as mesmas características e mostram-nos dois padrões. Um é o das empresas que compram livros e recorrem ao trabalho de um, dois ou mais tradutores. O exemplo maior é o da Typografia de Salles que, tendo publicado cerca de duas dezenas de títulos deste autor, usa traduções de Xavier de Magalhães (o mais frequente), Laborde Barata, Salazar d'Eça Jordão e Augusto Coelho. Outros casos ainda neste modelo são os de Adolfo Barroso, que traduz para J. J. Mattos, como Rodrigues Trigueiros e Silva Vieira que trabalham para a Lisbonense. Também Pinheiro Chagas traduzirá as Memórias de Paul de Kock para Sousa Neves.

O outro padrão, que justamente une os Nery a Henrique Marques, passa por outros tradutores e editoras. A casa Libânio da Silva tem o nome de um dos tradutores de Paul de Kock. Publica também traduções de José da Cunha. Poucos anos depois, a casa chama-se Libânio e Cunha (os dois tradutores) e agora publica traduções de Silva Vieira e Silva Moniz. Um exemplo que vai no mesmo sentido é o de Rodrigues Trigueiros, que traduz Paul de Kock para a Typografia Lisbonense, entre 1857 e 1866. Fará entretanto, com um seu irmão, uma editora onde, pelo menos entre 1863 e 1878, publica as suas traduções de Alexandre Dumas, Ponson du Terrail e Xavier de Montépin, entre outros. Em todos estes exemplos, seja com protagonismo dos tradutores, seja com domínio da tipografia, aquilo que se configura é claramente o trabalho do editor que assume as suas escolhas e os seus riscos.

Terminamos este percurso de novo com Henrique Marques, que começou como editor (*in partibus*, usando a sua expressão) em 1893, com o livro de poemas de Júlio Brandão, *Saudades*. Este seu trabalho aparece com a chancela A. M. Pereira, mas foi paga a meias pelo autor (papel) e por este novo editor (composição e impressão). A chancela, da casa onde Henrique Marques trabalhava, destinava-se a dar credibilidade a um primeiro trabalho de um editor desconhecido. Nessa altura começa com a experiência que adquirira em empresas onde trabalhara e do contacto com gente das letras e com tipógrafos, entre o quais, João Romano Torres. Não tinha maquinaria. Não tinha capital. Não tinha estudos. O que tinha então? Tinha leituras, prática no sector, muitos contactos,

alguns apoios e, sobretudo, iniciativa, com que fundará, em 1898, a sua própria empresa, Empresa da História de Portugal¹⁶. Estamos já bem longe dos antigos modelos de editor formado e dependendo de empresas tipográficas.

Bibliografia

- ANSELMO, Artur (1997), *Estudos de história do livro*, Lisboa, Guimarães Editores.
- BRANCO, Camilo Castelo (1973), *Cartas de Camilo aos editores António Maria Pereira*, pref. Alexandre Cabral, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda.
- CRAVO, Nuno (2009), *Civilização Editora 130 anos no universo familiar dos livros*, Aveiro, Universidade de Aveiro, dissert. mestrado em Estudos Editoriais.
- ESCOLAR, Hipólito (coord.; 1996), *Historia ilustrada del libro español. La edición moderna. Siglos XIX y XX*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- GUEDES, Fernando (1993), *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*, Lisboa, Verbo.
- KLANCHER, Jon P. (1987), *The making of english reading audiences, 1790-1832*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- LISBOA, Pedro Nóvoa (2006), «Jugar, jugando»: discursos sobre o jogo de sociedade em finais do Antigo Regime (1700-1825), Lisboa, FCSH-UNL, dissert. mestrado.
- MARQUES, Henrique (1935), *Memórias de um editor (publicação póstuma)*, Lisboa, Livraria Central Editora.
- MARTIN, Henri-Jean, MARTIN, Odile (1990), "Le monde des éditeurs", in Henri-Jean Martin e Roger Chartier (dir.), *Histoire de l'édition française*, Paris, Fayard, vol. 3, p. 176-244.
- MICHON, J., MOLLIER, Jean-Yves (dir.; 2001), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, Saint-Nicolas/Paris, Presses de l'Université Laval e l'Harmattan.
- MOLLIER, Jean-Yves, CACHIN, Marie-Françoise (2009), "A continent of texts: Europe 1800-1890", in Simon Eliot e Jonathan Rose (ed.), *A companion to the history of the book*, Chichester, Wiley-Blackwell, p. 303-314.
- PEREIRA, Antónia Maria (1998), *Parceria A. M. Pereira. Crónica de uma dinastia livreira*, Lisboa, Pandora.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.; 1999), dossiê *O livro e a leitura*, *Revista de História das ideias*, vol. 20 (em particular, "Livros e leituras no século XIX", p. 187-227).
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos (1985), *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Presença.

16 Marques, 1935: 196-197 e 211-217.